



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ATA Nº 14 DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CNODS

Ata da 7º reunião ordinária da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizada no dia 26 de junho de 2025, no Auditório do Ministério da Agricultura e Pecuária em Brasília.

1 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, a partir das nove horas, reuniu-se a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a presença dos 2 seguintes membros: Lavito Bacarissa, Secretário-Executivo da Comissão Nacional dos ODS, 3 Patricia Maria Santos de Carvalho (SG/PR), André Grossi Porto (SG/PR), Marina Muniz (SG/PR), 4 Mariana Siqueira (SG/PR), Andrea Matos, ONDAS; Ana Carboni, União de Ciclistas do Brasil; José 5 Alberto Saraiva Ferreira, Faculdade Zumbi dos Palmares; Aldenora Gomes Gonzalez, Instituto 6 EcoVida; Yara Martinelli, Associação Brasileira de Municípios (ABM); Marcelo Acácio da Silva, 7 União Nacional dos Estudantes; Luciano Garcia Lourenção, Ministério da Previdência; Priscila 8 Oliveira da Silva, CNC; Carina Giunco Tomazoni, Instituto Selo Social; Lennon Ferreira 9 Corezomae, Ministério dos Povos Indígenas; Gilmar Dominici, ABM; Renata Carvalho, Ministério 10 da Integração; Ruth Helena Pereira da Costa, União de Ciclistas do Brasil; Priscila Maria 11 Wanderley Pereira, Confederação Nacional da Indústria; Rafaela Junqueira de Oliveira, 12 Ministério das Relações Exteriores (MRE); Rafaela Gomes de Souza, Ministério de Portos e 13 Aeroportos; Maria América Menezes Bonfim, Secretaria de Comunicação da Presidência da 14 República (SECOM/PR); Mayra Goulart da Silva, Observatório do Conhecimento; Guilherme 15 Alvarenga Cardozo, Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar); Giselle Dupin, Ministério da 16 Cultura; Frederico Batista, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços 17 (MDIC); Frederico A B Silva, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Izane Mare Ribeiro 18 Mathos, INPETI; Maíra Luísa Milani de Lima, Controladoria-Geral da União (CGU); Elias Begnini, 19 Ministério do Meio Ambiente (MMA); Helder Rogério Sant'Ana, Ipea; Ian Marins Seixas, 20 Ministério das Cidades; Raimunda Caldas Barbosa, União de Mulheres do Brasil (UMBRASIL); 21 Sandra Regina de Sena Santana, Movimento Nacional ODS (MNODS); Jacinta de Fátima Sena, 22 Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn); Emanuel Loureto, Ministério da Igualdade Racial 23 (MIR); Kleber Souza dos Santos, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Maria Francisca 24 Santos, Controladoria-Geral da União (CGU); Gilberto Alvarez Giusepponi, Fundação PoliSaber; 25 Patrícia Ravallet Tavares, Ministério do Desenvolvimento Agrário; Priscila Gonçalves de Oliveira, 26 Advocacia-Geral da União (AGU); Maria Cristina Sampaio Lima, Instituto AMSUR; Denise Maria 27 Penna Kronemberger, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Robely Borges de 28 Barros, Moradia e Cidadania; Nina Orlow, Movimento Nacional ODS (MNODS); Laudijane 29 Domingos, União Brasileira de Mulheres (UBM); Miriam Salete Licenski Elgert, Moradia e 30 Cidadania; Luana Pare de Oliveira, Ministério do Desenvolvimento Agrário; José de Arimateia 31 Rodrigues França, Rede ODS Brasil. O evento iniciou com a composição da mesa, incluindo 32



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

33 autoridades como Denise Kronemberger do IBGE, Helder Ferreira do IPEA, o prefeito Ildo  
34 Gusmão de Francisco Morato, Marina Cavalcanti da CNODS e Inamara Melo do Ministério do  
35 Meio Ambiente. De forma apologética, foram retomadas falas previstas para o dia anterior,  
36 dando início à apresentação de Denise Kronemberger (IBGE), que abordou a estrutura e  
37 evolução da plataforma ODS Brasil, enfatizando sua origem, os grupos de trabalho temáticos e  
38 o esforço de colaboração interinstitucional para construção dos indicadores, com 135,  
39 atualmente, produzidos nacionalmente, cerca de 42% pelo IBGE, e os demais por órgãos  
40 diversos. A apresentação trouxe ainda o potencial de aprimoramento da plataforma, desafios  
41 na produção de novos indicadores e necessidade de articulação com ministérios para suprir  
42 lacunas existentes, considerando a produção do relatório nacional voluntário de 2026. Em  
43 seguida, Hélder Santana (IPEA) apresentou os esforços de nacionalização das metas dos ODS  
44 com base na proposta de 2018, destacando objetivos específicos, critérios adotados e  
45 cronograma das oficinas governamentais previstas até julho. Reforçou a participação de órgãos  
46 vinculados e ministérios, além da futura consulta pública à sociedade civil via a Plataforma Brasil  
47 Participativo. Marina Cavalcanti apresentou a iniciativa “Meu Município pelos ODS”, detalhando  
48 o Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável lançado em fevereiro, os compromissos exigidos das  
49 prefeituras e a articulação institucional com Caixa, BNDES, FNP, ABM e outras entidades. Foram  
50 disponibilizados modelos de leis, decretos e regimentos internos para criação das comissões  
51 municipais, bem como uma plataforma de acompanhamento por BI. O prefeito Ildo Guzmão  
52 compartilhou a trajetória da cidade de Francisco Morato, que instituiu a Agenda 2030 como  
53 diretriz oficial de política pública, criou 22 conselhos municipais e implementou iniciativas  
54 exemplares como o PPA Kids, a gestão de resíduos e a formação continuada com servidores  
55 públicos, incluindo o inventário de emissões de gases do efeito estufa elaborado com apoio da  
56 Embrapa e outras parcerias. Em seguida, Inamara Melo (MMA) abordou o estado da arte do  
57 Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, destacando sua concepção multisectorial, os  
58 nove objetivos estratégicos e 16 planos setoriais com metas integradas aos ODS. Apresentou o  
59 programa “Adapta Cidades”, voltado ao fortalecimento da resiliência climática em 600  
60 municípios, e a articulação para a COP30, reiterando a importância da participação social e do  
61 federalismo climático. Após as exposições, abriu-se espaço para contribuições de  
62 representantes da sociedade civil e do governo, com destaque para sugestões de integração  
63 temática dos ODS às conferências setoriais, reforço da transversalidade do ODS 13 (mudança do  
64 clima), inclusão das metas nos documentos finais das conferências e nos relatórios oficiais,  
65 ampliação da participação da CNODS nos eventos e articulação com os conselhos nacionais.  
66 Foram feitos elogios à condução da CNODS, ao trabalho da plataforma ODS Brasil e às iniciativas  
67 do IBGE, IPEA, FNP, ABM, CGU, MAPA, MDR e MMA, com recomendações para que os  
68 indicadores ainda não disponíveis recebam apoio técnico dos ministérios responsáveis, que a  
69 construção das metas nacionais conte com insumos da sociedade civil (como o Relatório Luz), e  
70 que as ações federativas possam se alinhar com os compromissos assumidos  
71 internacionalmente. Finalizando o bloco, foi reforçada a relevância da territorialização dos ODS  
72 nos municípios, da mobilização para participação na COP30 e da construção de um sistema  
73 nacional para a Agenda 2030, fortalecendo a presença da comissão nos espaços decisórios e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

74 fomentando sua institucionalização como política de Estado. A reunião abordou o bloco  
75 internacional da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
76 (CNODS), com a composição do dispositivo liderado por Thiago Guarigalvão (CNODS), Rafaela  
77 Junqueira (CGDES), Thiago Ribeiro (DPF), e Raimunda Caldas (UMBRASIL). O dispositivo teve  
78 como objetivo repassar informes das ações internacionais do Brasil relacionadas à Agenda 2030,  
79 com destaque para os eventos multilaterais, incluindo o High-Level Political Forum (HLPF), o  
80 Fórum de Financiamento em Sevilha e os preparativos para a COP30. Rafaela Junqueira  
81 apresentou os detalhes da participação brasileira no HLPF, que ocorrerá de 14 a 23 de julho, em  
82 Nova York, como principal espaço de acompanhamento da implementação da Agenda 2030. Ela  
83 detalhou os ODS em revisão neste ciclo — ODS 3, 5, 8, 14 e 17 —, e informou que o Brasil teve  
84 aprovado um evento paralelo sobre localização e participação social, liderado pela Secretaria-  
85 Geral da Presidência. O evento ocorrerá no último dia do fórum, na semana de alto nível, e  
86 contará com representantes brasileiros, incluindo autoridades e gestores locais. Rafaela  
87 ressaltou a importância da coordenação nacional da delegação e da reunião preparatória que  
88 acontecerá antes do evento em Nova York. Destacou também a recente criação, por parte da  
89 sociedade brasileira, de um grupo específico de partes interessadas afrodescendentes dentro  
90 da estrutura dos mecanismos da ONU. Em seguida, Thiago Ribeiro trouxe um informe sobre a  
91 Conferência de Financiamento para o Desenvolvimento, que ocorrerá em Sevilha. Ele  
92 contextualizou os desafios geopolíticos atuais, como os gastos militares crescentes e a retração  
93 dos recursos destinados ao desenvolvimento. Informou que o documento final da conferência  
94 — Compromisso de Sevilha — foi concluído em 17 de junho, mantendo avanços importantes,  
95 como a reafirmação das responsabilidades comuns porém diferenciadas, a manutenção da  
96 ajuda oficial ao desenvolvimento, e a defesa do combate ao racismo. O Brasil participará de mais  
97 de 20 eventos paralelos, com forte presença da sociedade civil, e lançará iniciativas sobre  
98 tributação de super-ricos e aliança contra a fome e pobreza, com apoio ministerial. A fala de  
99 Raimunda Caldas abordou a reunião realizada entre o assessor internacional da Secretaria-Geral  
100 e representantes da sociedade civil sobre os preparativos para a COP30. Ela detalhou os três  
101 eixos centrais da negociação: transição justa, mitigação/adaptação e o papel dos combustíveis  
102 fósseis. Raimunda enfatizou a necessidade de inserção efetiva da CNODS nos espaços oficiais da  
103 COP, como a Zona Azul (ONU), Zona Verde (participação ampliada) e a Cúpula dos Povos. Alertou  
104 para as dificuldades logísticas e de acolhimento, especialmente por conta dos altos preços, e  
105 solicitou maior articulação entre governo e sociedade civil na formulação de uma carta da  
106 comissão para o GTT da COP30. Destacou também a importância de garantir representação  
107 equitativa da CNODS — sociedade civil e governo — e de fortalecer os Objetivos de  
108 Desenvolvimento Sustentável na agenda da COP. Thiago Galvão complementou os informes  
109 com atualizações sobre a construção do Relatório Nacional Voluntário (RNV) de 2026. Informou  
110 que o governo brasileiro renovou o compromisso político com o documento, que será um  
111 marcador do estágio de implementação dos ODS. Detalhou a formação de um núcleo técnico  
112 ampliado com Ipea, IBGE, Fiocruz, Itaipu, Ministério do Planejamento e MRE, responsável por  
113 assessorar o processo. As escutas com sociedade civil e setor privado estão previstas para  
114 agosto, após definição da estrutura do relatório. Informou que os formulários da consulta



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

115 pública já estão em elaboração, com a intenção de utilizar a plataforma Brasil Participativo como  
116 instrumento principal. O RNV deverá estar finalizado até maio de 2026 e será apresentado na  
117 ONU. Em seguida, representantes da Sociedade Civil manifestaram apoio e também  
118 preocupações. Destacaram a importância de incluir membros da CNODS no GTT da COP30 e em  
119 espaços deliberativos sobre financiamento e representação. Sugestões foram feitas quanto à  
120 territorialização dos ODS, à visibilidade da pauta da água (ODS 6) na COP e à articulação com  
121 conferências nacionais e conselhos setoriais. A fala de Andréia Matos alertou para a centralidade  
122 da água na pauta climática e solicitou atenção do Ministério do Meio Ambiente quanto à sua  
123 transversalidade. Representantes do MDR informaram que a água será tratada como tema  
124 estratégico na agenda da COP30 e sugeriram a realização conjunta de um evento específico  
125 sobre recursos hídricos durante a pré-COP, em Brasília. Por fim, foram feitos esclarecimentos  
126 sobre a revisão dos ODS no HLPF, os temas dos anos seguintes, e os indicadores de  
127 implementação global. A declaração política do HLPF está em negociação e incluirá temas como  
128 desigualdade e, possivelmente, combate ao racismo. Ao fim das falas, reforçou-se a articulação  
129 da Secretaria-Geral e da CNODS na internacionalização da pauta dos ODS e a transparência das  
130 ações via o site institucional. Ao final do primeiro bloco Thiago assumiu os encaminhamentos,  
131 afirmando que a CNODS enviará solicitação formal ao GTT da COP30 pedindo inclusão da  
132 comissão nos espaços deliberativos. Reforçou a importância da territorialização dos ODS e da  
133 construção de uma carta da CNODS para a COP30, com propostas que refletem a agenda e os  
134 compromissos assumidos. Prometeu-se em apresentar essas ações à Casa Civil e à  
135 coordenação da COP. O último bloco da 7º Reunião Ordinária da Comissão Nacional para os  
136 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) teve como foco o acompanhamento das  
137 câmaras temáticas e apresentação de pautas complementares estratégicas. A coordenação  
138 iniciou com informalidade e leveza, valorizando a presença dos membros e convocando os  
139 representantes das câmaras para compor o dispositivo: Luciano Pereira da Silva pelo ODS 18;  
140 Patrícia Carvalho pela CNODS; Laudijane Domingos pela União Brasileira de Mulheres (UBM);  
141 Miriam Licenski pela Moradia e Cidadania; André Porto representando a CNODS; e  
142 posteriormente Yara Martinelli (ABM) e Letícia Pereira, do Observatório do ODS 18 (via  
143 videoconferência). Luciano Pereira da Silva, representando o Ministério da Igualdade Racial,  
144 abriu o bloco relatando os avanços da Câmara Temática do ODS 18. Destacou que este ODS foi  
145 instituído em setembro de 2023 pelo presidente Lula em Nova York e instalado na CNODS ao  
146 final de 2023. As reuniões da câmara ocorrem quinzenalmente de forma remota, com ampla  
147 participação técnica de Fiocruz, IBGE e Ipea. Mencionou a criação do Observatório do ODS 18  
148 em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia, coordenado pela professora Maria do  
149 Carmo e operacionalizado pela pesquisadora Letícia Pereira. Informou também sobre o  
150 desenvolvimento da plataforma ODS Racial, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba,  
151 que terá dados territoriais, sociais e raciais acessíveis ao público, com versão preliminar já  
152 entregue. Enfatizou o memorando de entendimento assinado com a CEPAL para alinhamento  
153 de indicadores raciais na América Latina e mencionou a cátedra da ENAP, voltada ao ODS 18,  
154 conduzida por pesquisador da Universidade Federal de Goiás. Na sequência, Letícia Pereira  
155 apresentou virtualmente o trabalho do Observatório do ODS 18, distribuído em cinco eixos de



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

156 ação: (1) Criação e gestão institucional; (2) Produção e análise de dados; (3) Formação e  
157 mobilização; (4) Internacionalização; e (5) Comunicação. Afirmou que o observatório atua junto  
158 ao Ministério da Igualdade Racial e que já há parceria estabelecida com diversos institutos,  
159 universidades e órgãos públicos. Foi criado um site com conteúdos, cartilhas, diagnósticos e  
160 indicadores, além de presença nas redes sociais (Instagram, LinkedIn e YouTube). Destacou as  
161 formações realizadas no sul da Bahia com gestores públicos e a territorialização do ODS 18 com  
162 foco em prefeituras da região. Ressaltou também a produção de memória sobre o processo de  
163 construção das metas, o desenvolvimento de diagnósticos locais e a articulação internacional  
164 com participação da professora Maria do Carmo no Fórum Permanente de Afrodescendentes  
165 da ONU e eventos em Londres e Nova York. Patrícia Carvalho abordou os avanços da Câmara  
166 Temática de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, destacando a consolidação de  
167 parcerias com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, o apoio às oficinas de  
168 elaboração do plano do conselho e a continuidade de articulações iniciadas durante o Encontro  
169 Internacional de Territórios e Saberes realizado em Paraty. Destacou a proposta de instituir o  
170 ano de 2027 como o “Ano dos Povos e Comunidades Tradicionais”, em comemoração aos 20  
171 anos do decreto que instituiu a política nacional de desenvolvimento para esses povos. Informou  
172 ainda a articulação de comissões locais e municipais voltadas a povos e comunidades  
173 tradicionais, citando como exemplo o município de Ubatuba, que criou comissão com base legal  
174 e previsão de fundo próprio. Foi mencionada também a construção de uma agenda conjunta  
175 entre os membros da câmara, voltada ao apoio mútuo em eventos e conferências, com  
176 desenvolvimento de instrumento dinâmico de monitoramento das ações. Em seguida, Laudijane  
177 Domingos apresentou a proposta do Festival Cultural Yamã, que ocorrerá em outubro em  
178 Igarassu, Pernambuco. O festival foi descrito como uma celebração à ancestralidade afro-  
179 indígena e ao protagonismo feminino, com programação que envolverá música, gastronomia,  
180 cinema, moda e espiritualidade. A proposta envolve formação de mulheres para gestão de riscos  
181 climáticos nos territórios vulneráveis e criação de núcleos comunitários de prevenção em bairros  
182 sujeitos a inundações e deslizamentos. A pauta é convergente com os ODS, especialmente os  
183 relativos à justiça climática, igualdade de gênero, proteção territorial e inclusão cultural.  
184 Laudijane solicitou apoio da CNODS, de ministérios e da sociedade civil organizada para  
185 fortalecer institucionalmente o festival e ampliar seu impacto. Reivindicou também que o  
186 festival se conecte com a agenda da COP30 e seja tratado como ação estruturante de  
187 protagonismo de base. Logo após, Miriam Licenski e André Porto apresentaram os avanços da  
188 Câmara Temática de Estratégia e Inclusão. Relataram a fusão das câmaras anteriores de  
189 estratégia e inclusão em uma estrutura única, mais eficiente e integrada. Informaram a  
190 construção de um plano de trabalho conjunto, com foco na territorialização das metas e no  
191 monitoramento dos ODS com ferramentas tecnológicas. André demonstrou o desenvolvimento  
192 de dois painéis interativos (BI): o primeiro correlacionando as metas do PPA federal aos ODS,  
193 com filtros por evolução positiva, indicadores e programas públicos; e o segundo integrando os  
194 dados da plataforma do IBGE, possibilitando visualização por ano, meta, indicador e lacunas  
195 existentes. Miriam destacou que a proposta é incorporar também os dados das conferências e  
196 experiências de governos locais, além de alinhar metodologias com o pacto “Meu Município



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

197 pelos ODS". Reforçou que a Câmara Temática tem colaborado na atualização da página da  
198 CNODS, que está cada vez mais acessível, transparente e funcional. Na sequência, Yara Martinelli  
199 fez os informes sobre a Câmara Temática de Territorialização e Mobilização, destacando que a  
200 fusão das câmaras permitiu a integração entre planejamento territorial e comunicação  
201 estratégica com os municípios. Apresentou os modelos de criação de conselhos ou comissões  
202 municipais de ODS, desenvolvidos com a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) e  
203 Associação Brasileira de Municípios (ABM), além de cartilhas para prefeitos sobre os benefícios  
204 da institucionalização da agenda. Mencionou o Encontro Nacional de Prefeitas e Prefeitos,  
205 realizado em fevereiro, como marco de mobilização da campanha "Meu Município pelos ODS".  
206 Destacou que a nova CT terá papel estruturante na construção do Relatório Nacional Voluntário  
207 de 2026, garantindo insumos locais e territorializados para os indicadores. Yara finalizou  
208 reafirmando que territorializar os ODS exige escuta, linguagem acessível e diálogo contínuo com  
209 os sentidos de desenvolvimento presentes nos territórios. Durante o bloco, a conselheira Maria  
210 Francisca destacou que a Controladoria-Geral da União (CGU) tem inserido a plataforma "Meu  
211 Município pelos ODS" em suas ações nos estados e sugeriu que os agentes territoriais dos  
212 ministérios sejam envolvidos na divulgação da agenda. Mencionou também os Fóruns Estaduais  
213 organizados pela Secretaria-Geral como espaço potente para diálogo e mobilização. Andrea  
214 Matos acrescentou o papel da Frente Brasil Popular e a mobilização para o Plebiscito Popular  
215 em favor da justiça fiscal. Ressaltou que o debate sobre igualdade racial, justiça tributária e  
216 fortalecimento dos serviços públicos deve estar presente nos diálogos da CNODS, especialmente  
217 com relação à COP30. Recomendou que a CT de Inclusão dialogue com o MIR sobre os impactos  
218 da terceirização na inclusão de pessoas negras e periféricas. A mesa coordenadora da reunião  
219 agradeceu pela profundidade dos informes apresentados e anunciou a abertura dos próximos  
220 blocos relacionados à conferência nacional, consultas públicas e agenda internacional da  
221 CNODS. A plenária reconheceu os avanços das câmaras temáticas e o comprometimento técnico  
222 dos representantes presentes, fortalecendo o caráter estratégico da Comissão como espaço de  
223 articulação intersetorial e territorial da Agenda 2030. Seguidamente ao intervalo houve a  
224 primeira intervenção realizada por Priscila, representante da Advocacia-Geral da União (AGU),  
225 que compartilhou uma experiência institucional promovida durante a campanha do meio  
226 ambiente. A AGU realizou o evento "Elas pelo Planeta", que trouxe depoimentos marcantes de  
227 mulheres engajadas na pauta ambiental e climática, expondo suas trajetórias pessoais e  
228 profissionais em defesa do meio ambiente. Em complemento à campanha, foi organizada uma  
229 ação conjunta com o INSS para atendimento previdenciário a terceirizados dos prédios da AGU  
230 em Brasília e cooperativas de catadores de resíduos, que possuem termo de parceria com o  
231 órgão. Foram atendidas 74 pessoas durante o evento, com prestação de serviços, transporte e  
232 alimentação fornecidos, além de reconhecimento à atuação dos servidores envolvidos. A  
233 iniciativa conectou diretamente a atuação institucional aos ODS 13, 14, 15 e 17, além de  
234 promover dignidade e acesso a direitos, particularmente para mulheres líderes de cooperativas.  
235 Priscila anunciou que pretende encerrar a campanha com um esforço de comunicação que  
236 reponha as catadoras não apenas como receptoras de resíduos, mas como educadoras  
237 ambientais. Na sequência, foi apresentada a proposta da Conferência Nacional dos ODS, descrita



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

238 como "Conferência das Conferências", em virtude da sua transversalidade com demais espaços  
239 deliberativos nacionais. Lavito conduziu a exposição inicial, agradecendo o empenho da equipe  
240 da Secretaria Executiva, responsável por desenvolver a proposta sem apoio técnico externo.  
241 Ressaltou que o projeto está em estágio de maturação, e que ainda necessita da pactuação com  
242 a Secretaria Nacional de Participação Social e da deliberação interna na Secretaria-Geral da  
243 Presidência da República. Patrícia Carvalho apresentou os detalhes da proposta de conferência,  
244 cuja temática central será "Agenda 2030 no Brasil: fortalecer a democracia pela justiça social e  
245 o desenvolvimento sustentável justo e inclusivo". Os objetivos incluem promover o debate  
246 público e garantir legitimidade e representatividade na implementação dos ODS. Seis eixos  
247 estruturantes foram definidos: (1) Colaboração multisectorial e financiamento; (2)  
248 Sustentabilidade ambiental; (3) Promoção da inclusão social; (4) Inovação tecnológica; (5)  
249 Governança participativa; (6) Democracia e instituições fortes. A metodologia prevê a realização  
250 de cinco etapas regionais com dois dias de atividades: seminário de abertura, rodas de diálogo  
251 e grupos de trabalho que consolidarão temas prioritários com base em contribuições recebidas  
252 via Plataforma Brasil Participativo. A etapa nacional, estimada para maio de 2026, terá três dias  
253 de duração. Os critérios de participação incluem distribuição proporcional por população,  
254 representatividade de governo e sociedade civil, diversidade de setores, paridade de gênero e  
255 inclusão de grupos étnicos e sociais diversos. A conferência terá como produtos estratégicos o  
256 planejamento da Agenda 2027–2030, relatório com metas de monitoramento e carta-  
257 compromisso com macroações, além da consolidação de boas práticas e territorialização da  
258 agenda. A comissão organizadora será composta pela CNODS e pela Secretaria Executiva, com  
259 previsão de estruturação posterior de comissões específicas. Durante os debates, foram  
260 levantadas diversas sugestões. Aldenora pediu maior atenção à representatividade institucional  
261 na comissão preparatória e recomendou diálogo com a Secretaria Executiva do CNAS para  
262 aproveitamento de experiências em organização de conferências. Miriam sugeriu que o evento  
263 esteja vinculado à iniciativa "Meu Município pelos ODS", integrando conselhos municipais na  
264 formulação da agenda. Pedro propôs que o tema central da conferência seja a criação do  
265 Sistema Nacional de ODS, com estrutura federativa e instâncias estaduais e municipais.  
266 Defendeu também conferências estaduais em vez de regionais, enfatizando o papel dos  
267 governos estaduais na articulação institucional. Andrea Matos pontuou que se for para produzir  
268 uma Conferência que ela traga materialidade à agenda 2030, além de dialogar com o Conselho  
269 da SRI e Ministério do Planejamento, dando concretude ao processo. Pedro Ivo destacou a  
270 importância de se ter clareza dos temas e do foco pela dificuldade de se consolidar todas as  
271 propostas recebidas, sugeriu que o tema da Conferência fosse a criação do Sistema Nacional dos  
272 ODS, pois a partir daí estabelece-se uma série de Comissões Municipais e Estaduais alinhadas  
273 aos governos dando peso político, sugeriu também que avaliassem a possibilidade de não  
274 realização de etapas estaduais, e questionou a coordenação da capilaridade dos ODS nos  
275 estados, tendo que haver uma ação conjunta entre governo e sociedade civil, uma vez que, a  
276 sociedade civil não é capaz de administrar sozinha e por fim ressaltou a importância de ter  
277 equipe suficiente para conduzir as etapas, além de capitanear recursos para a conclusão do  
278 processo. Cris destacou a necessidade de envolver o setor corporativo, ampliar as linhas de ação



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA-GERAL

Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento  
Sustentável

279 e utilizar tecnologias digitais para ampliar a participação. Giba recomendou reunião  
280 extraordinária exclusiva sobre a conferência alegando ser um assunto de mesa diretora e  
281 reforçou que a Comissão deve se tornar um conselho formal, garantindo institucionalidade e  
282 continuidade para além de 2030. Miriam destacou o tema a Conferência das Conferências como  
283 uma pauta política e a importância de viabilizar recursos, sugeriu montar grupos específicos para  
284 cada demanda como logística, programação e etc, para minimizar os custos da Conferência. José  
285 de Arimatéia explanou sobre a experiência da Conferência de Segurança Alimentar, destacando  
286 que foi utilizada as tecnologias disponíveis nos Municípios para viabilizar as etapas  
287 Municipais/Estaduais e mitigar os custos, finalizou sugerindo a prorrogação do mandato da  
288 Comissão por um período de um ano. Yara propôs a criação de um grupo de trabalho contínuo  
289 e a realização de consulta popular prévia via Brasil Participativo. Sandra apresentou  
290 encaminhamentos finais, incluindo: solicitação de listas de presença antigas para avaliar a  
291 frequência dos integrantes da Comissão; carta ao ministro da Secretaria-Geral para prorrogar o  
292 mandato da CNODS com justificativa bem embasada; pedido de inclusão de representantes da  
293 Comissão no Grupo Técnico da COP30; Inserção dos ODS nas Conferências; definição de  
294 estratégia de territorialização via Pacto Meu Município pelos ODS; Colocar as instituições da  
295 CNODS no pacote de benefícios do Pacto Meu Município pelos ODS; sugestão de realização da  
296 próxima reunião ordinária durante a pré-COP em Brasília; Reunião extraordinária em julho para  
297 verificar as demandas da pré-COP; comissão territorial das Instituições da CNODS que atuam em  
298 Belém para fazer incidência na pré-COP. Laudjane solicitou uma reunião da Comissão com a  
299 sociedade civil para disponibilizar os documentos base, os guias, e dirimir as dúvidas existentes  
300 sobre a Conferência das Mulheres que ocorrerá em outubro, solicitou também a articulação  
301 através da Secretaria Executiva da CNODS com a Secretaria de Articulação Institucional para  
302 integrar os ODS aos documentos e ações da Conferência para Mulheres. Lavito destacou a  
303 necessidade de chamar uma agenda específica para tratar sobre o plano de desertificação. Por  
304 fim, todas as propostas foram acolhidas. A reunião foi encerrada por Aldenora com uma  
305 homenagem cultural em forma de canto tradicional, representando os povos originários da  
306 Amazônia e reafirmando o compromisso coletivo da CNODS com a diversidade, a justiça social  
307 e a participação democrática. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, no qual,  
308 eu Mariana Vicêncio Fernandes de Siqueira, lavrei a presente ata em 26 de junho de  
309 2025, que foi aprovada pelo pleno na 8ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional para  
310 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em 16/10/2025.